

**TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGRÁRIO FRENTE À
CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO. ESTUDOS DE
CASOS NA ARGENTINA E BRASIL**

**TERRITORIALIZATION OF AGRARIAN COOPERATIVISM AGAINST
THE CONSOLIDATION OF THE AGRIBUSINESS MODEL. CASE
STUDIES IN ARGENTINA AND BRAZIL**

**TERRITORIALIZACIÓN DEL COOPERATIVISMO AGRARIO
FRENTE A LA CONSOLIDACIÓN DEL MODELO DE
AGRONEGOCIO. ESTUDIO DE CASOS EN ARGENTINA Y BRASIL**

Raoni Fernandes Azerêdo¹
raoniazereido@gmail.com

José Martín Bageneta²
bagemartin@gmail.com

Pedro Ivan Christoffoli³
pedroivanc@gmail.com

RESUMO: Este artigo procura descrever e analisar as diferentes formas de territorialização das cooperativas agrárias no Brasil e na Argentina diante da consolidação do agronegócio no período 1990-2010. Enquanto procedimentos metodológicos, utilizou-se de dois estudos de casos que são propalados em seus respectivos países como experiências "bem-sucedidos" - a União Agrícola Avellaneda (UAA) e a Coamo Agroindustrial Cooperativa (COAMO). A hipótese é que as estratégias de territorialização destas cooperativas, diante do modelo hegemônico regido pelo agronegócio, aprofundaram no seu interior as lógicas de empresas capitalistas, onde a premissa maior passa a ser a eficiência econômica, especialmente por meio da capilaridade nos grãos recebidos.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialização. Cooperativismo. Agronegócio. UAA. COAMO.

ABSTRACT: This article aims to describe and analyze the different forms of territorialization of agrarian cooperatives in Brazil and Argentina in view of the consolidation of agribusiness in the period 1990-2010. As a methodological procedure, two case studies were used, which are promoted in their respective countries as "successful" experiences - União Agrícola Avellaneda (UAA) e a Coamo Agroindustrial Cooperativa (COAMO). The hypothesis is that the strategies of territorialization of these cooperatives, in the face of the hegemonic model governed by agribusiness, deepened within them the logics of capitalist enterprises, where the major premise becomes economic efficiency, especially through capillarity in the grains received.

KEYWORDS: Territorialization. Cooperativism. Agribusiness. UAA. COAMO.

¹ Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará. Membro do Núcleo de Estudos em Cooperação.

² Investigador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Membro do Centro de Estudios de Sociología del Trabajo (CESOT, FCE-UBA)

³ Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. Coordenador do Núcleo de Estudos em Cooperação.

RESUMEN: Este artículo busca describir y analizar las diferentes formas de territorialización de las cooperativas agrarias en Brasil y en Argentina frente a la consolidación del agronegocio en el período 1990-2010. Como procedimientos metodológicos, se utilizó de dos estudios de casos que son difundidos en sus respectivos países como experiencias "exitosas" - La Unión Agrícola Avellaneda (UAA) y la Coamo Agroindustrial Cooperativa (COAMO). La hipótesis es que las estrategias de territorialización de estas cooperativas, frente al modelo hegemónico regido por el agronegocio, profundizarán en su interior las lógicas de empresas capitalistas, donde la premisa mayor pasa a ser la eficiencia económica, especialmente por medio de la capilaridad en los granos recibidos

PALABRAS CLAVE: Territorialización. Cooperativismo. Agronegocio. UAA. COAMO.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo moderno surgiu na Europa como resposta à Revolução Industrial, como uma das expressões de resistência dos trabalhadores ao processo de exploração e exclusão provocado pelo capitalismo em sua fase inicial. Ao longo de seu processo histórico, o modelo cooperativo tem sido internacionalizado por meio da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com base no modelo adotado pelos pioneiros de Rochdale, Inglaterra. É fato que persistem experiências cooperativistas que preservam esse ímpeto originário de combatividade e resistência à dominação e exploração capitalista, enquanto outras degeneraram e foram apropriadas e adaptadas à dinâmica capitalista.

Sob este último aspecto, no Brasil e na Argentina o cooperativismo agrícola foi vetor estratégico de extrema funcionalidade para o desenvolvimento da modernização conservadora da agricultura, sendo parte importante, havendo frações do cooperativismo nacional em posições centrais no bloco de poder agrário-capitalista, ainda que não determinantes do seu direcionamento. Por mais que encontrem-se múltiplos estudos que abordem a experiência de territorialização do agronegócio, com diferentes perspectivas (LATTUADA; RENOLD, 2004; JEPSON, 2006; COQUE, 2002; OLIVEIRA, 2003), não se tem uma análise comparativa entre as cooperativas agrícolas a partir de uma perspectiva territorial. Em particular, este artigo objetiva descrever e analisar diferentes formas e estratégias de territorialização das cooperativas agrárias do Brasil e da Argentina diante do modelo do agronegócio (1990-2010).

Constata-se que a partir dos anos 90, tanto no Brasil, quanto na Argentina, em reação às transformações do agro e realinhamento das políticas nacionais em função do neoliberalismo, se intensificou a estratégia de territorialização de tipo capitalista de algumas cooperativas, permitindo

certo domínio econômico/político nos territórios, aumento de eficiência econômica, mas também a emergência das contradições inerentes ao modelo regido pelo agronegócio. Concomitantemente percebe-se em ambos os países, um curso de concentração e centralização de capitais na agricultura, impactando também o setor cooperativista, ocasionando fusões, incorporações, resultando em liquidações e dissoluções de cooperativas mais débeis. Houve, portanto, "perdedores e vencedores" entre as cooperativas (e também dentro delas) diante da evolução do modelo do agronegócio.

O capitalismo agrário argentino aprofunda a "agriculturación" que começou nos anos 70 e implicou uma ampla incorporação de insumos e máquinas. A partir da década de 1990, de acordo com diferentes autores, se reuniram necessárias para um avanço no processo capitalista de acumulação agrícola. Isto foi caracterizado pelas: "tecnologias de processo" da soja transgênica (ano de 1996), a consolidação do modelo de agricultura industrial (com a gestão de grupos concentrados de produção e distribuição de alimentos), a desregulamentação por parte do Estado de suas funções de controle, juntamente com o peso progressivo de capitais materializados no "pool de siembra"⁴ que reuniam investimentos com grande peso financeiro (TEUBAL, 2003; BLANCO, 2005).

No Brasil, esse processo foi amplamente dirigido e incentivado pelo Estado. O modelo de produção agropecuária construído a partir dos anos 60 do século passado deu-se com base na utilização intensiva de insumos, máquinas e equipamentos industrializados, com vistas à produção para o mercado interno - e principalmente internacional - em arranjos denominados complexos agroindustriais, onde a agricultura se insere de forma subordinada aos setores industrial, comercial e financeiro. Os anos 70 e 80 se caracterizam por um período de crédito agrícola farto e barato, que é distribuído de forma desigual entre os produtores, privilegiando os grandes proprietários e empresas capitalistas (agroindústrias e comerciais). Já a década de 90, vai marcar o período de alterações nas características de inserção do Estado brasileiro na agricultura, onde ao assumir a ideologia neoliberal, inicia-se a desmontagem dos aparatos estatais que permitiram exercer políticas públicas ativas desde o início dos anos 70, para uma passagem mais ampla de subordinação da agricultura aos interesses do capital financeiro internacional, agora em relação de dependência mais direta com as grandes empresas transnacionais e das commodities agrícolas (em especial a soja.) (DELGADO, 1985; CHRISTOFFOLI, 2009).

⁴ Não sempre em propriedade como sucede com os "pools de siembra" no caso argentino, estes são capitais de vários investidores - o capital financeiro detém um papel importante - de origem ou não no setor agrário, que se articulam conformando um sistema empresarial transitório para desenvolver o processo produtivo (BARSKY; GELMAN, 2001)

Os dados do censo revelaram as mudanças ocorridas nas últimas décadas nas estruturas sociais agrárias de cada país (INDEC-CNA, 1960, 2002, IBGE, 2006). No Gran Chaco Argentino (GChA) (BRUNIARD, 1982), território de um dos estudos de caso, entre 1960 e 2002 houve uma diminuição significativa na área de superfície com ocupantes "frágeis", com posse "de fato", mas não de direito (sem a titulação da propriedade). Com estas características a nível nacional, passou-se de 3.098.337,6 ha. em 1969 para 268.320,1 ha. em 2002, representando 47,3% das EAP's⁵. Também se constatou o descenso da quantidade de participações totais do GChA de 135.642 em 1969 para 69.127 em 2002. Já no campo paraense este processo acompanha um movimento geral do campo brasileiro de concentração fundiária e expropriação camponesa⁶. A mesorregião Centro Ocidental paranaense, onde a territorialização da COAMO é explícita, pode-se perceber através dos dados censitários de 1995 e 2006 a da medida do índice de Gini, um elevado grau de concentração da posse da terra. A título de ilustração entre 1985 e 1995, o número total de estabelecimentos nesta mesorregião diminuiu de 34.156 para 24.041, apontando uma redução de 30%, bem acima da média estadual de 21%. Assim como no Estado do Paraná, essa redução se deu integralmente nos estabelecimentos menores de 100 hectares e, principalmente, nos estratos até 10 hectares (IPARDES, 2004).

Para comparar e melhor compreender esses processos ocorridos nos mais importantes produtores de grãos da América do Sul, buscou-se analisar dois casos. Na Argentina, analisa-se o caso da cooperativa *Unión Agrícola de Avellaneda* (UAA), fundada em 1919 em Santa Fé (nordeste da Argentina), segunda maior cooperativa agrária argentina, localizada em um território social e produtivamente marginalizado, que a partir de meados da década de 1990, expandiu sua atuação para outras províncias próximas (BAGENETA, 2015). Em 2013, a UAA teve faturamento de 2 bilhões de Pesos (US\$ 257 milhões), com mais de 14 unidades (entrepostos, planta industrial) estrategicamente localizadas nos Estados de Santa Fé, Santiago del Estero, Chaco e Salta.

Já no Brasil, se toma o caso da territorialização da Coamo Agroindustrial Cooperativa (COAMO), fundada em 1970 em Campo Mourão (mesorregião Centro Ocidental do Paraná).

⁵ EAP é a abreviatura do censo para exploração agropecuária (INDEC-CNA, 2002).

⁶ Segundo DELGADO (1985, p. 22) com base em dados do IBGE: "entre 1970 e 1980 a população urbana aumentou em 54,5% (taxa geométrica anual de 4,5%), significando o influxo de 28,4 milhões de novas pessoas que se urbanizaram. Em apenas uma década, a proporção da população urbana, que é de 55,92% da população total em 1970, passou a 67,57% em 1980. No mesmo período ocorreu declínio absoluto da população rural das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em torno de 4,54 milhões de pessoas. Parte dessa população migrante – 2,11 milhões de pessoas – realizou migração rural-rural em direção aos estados de fronteira agrícola (Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso

Território estratégico aos objetivos estatais de aumento da produção agrícola e sendo a cooperativa agente dinamizador da modernização conservadora da agricultura por meio da inserção de novas culturas, com o trigo e, sobretudo, a soja (AZERÊDO, 2016). Em 2015 a COAMO teve faturamento de R\$ 10 bilhões (2,5 bilhões de dólares) e ocupava o posto de maior cooperativa singular da América Latina, com mais de 69 unidades (entrepósitos, plantas industriais) localizadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

O critério teórico-metodológico para a seleção dos casos de cada país, em uma análise comparativa, baseou-se na relevância que cada um tinha no setor cooperativo e, em particular, as características ofensivas da territorialização adotadas pelas cooperativas. A metodologia empregada na construção do artigo baseou-se, por um lado, em uma análise qualitativa, por meio de procedimentos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas semi estruturadas (GIL, 2009). Por outro lado, e de forma complementar, utilizou-se uma abordagem quantitativa, com processamento de dados das cooperativas selecionadas, bem como de agências estatais.

Este artigo parte de reflexões originadas na pesquisa do Mestrado no Programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do IPPRI/UNESP, e no âmbito do Projeto de Pesquisa sobre a Crise do Cooperativismo Agrário brasileiro, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), além das investigações conduzidas na universidade de Buenos Aires (UBA) e contou com o apoio do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), da Argentina.

BREVE RECORRIDO HISTÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO COOPERATIVISMO AGRÁRIO NO BRASIL E ARGENTINA

Na Argentina, o cooperativismo agrário teve origem com a imigração europeia do início do século XX, onde se formou o seu núcleo histórico, até o ano de 1955 (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011). O Estado estabeleceu políticas e estruturas burocráticas que reconheceram sua presença e incentivaram sua formação (GONZÁLEZ BOLLO, 2007). Assim o cooperativismo, durante a primeira metade do século, por meio de governos democráticos liberais, conservadores e populares, foi considerado, com diferentes intensidades, como um instrumento adequado para suprir a falta de organização para a comercialização da agricultura e, por sua vez, sendo um canal

para a chegada de crédito ao setor. Em 1926 promulga-se a primeira Lei das cooperativas (11.388), que é substituída em 1973 pela Lei 20.337, a qual concedeu status legal no âmbito da política nacional a essas organizações. Salienta-se que o Peronismo (1946-1955), ao encarnar um estado popular, dirigente e benfeitor, aprofundou esse papel central e, de fato, quintuplicou o número de cooperativas existentes (GIRBAL-BLACHA, 2001).

A segunda metade do século XX, no período de 1955 a 1995 se caracteriza pelo fechamento de inúmeras entidades e uma taxa baixa de criação de novas cooperativas (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011). A década de 1960 caracteriza-se pelo apoio de vários governos ao cooperativismo, visto como instrumento de desenvolvimento. Entretanto, a reforma financeira iniciada com a ditadura militar de 1976 limitou sua capacidade de mediar o crédito e as reformas políticas neoliberais, de desregulamentação econômica e desmonte estatal, na década de 1990, fez com que as cooperativas fossem seriamente afetadas e largadas à própria sorte num momento de ampliação da competição internacional (LOMBARDO et al., 2009; LATTUADA, 2006). Finalmente, no período de 1996 em diante se caracteriza por uma forte retomada na criação de novas cooperativas.

Contudo, em termos de importância econômica, o núcleo histórico tem papel preponderante. Em termos de geração de faturamento e detenção de ativos, as cooperativas do núcleo histórico incluem 232 cooperativas de primeiro grau, representam 47% do total de entidades, e detêm 85% dos ativos e 77% do faturamento total do setor. Já as 142 cooperativas criadas no período desde 1996 a 2006 (29% do total), só representam 2,5% do faturamento. Se trata de cooperativas em processo de consolidação, de escala pequena (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011).

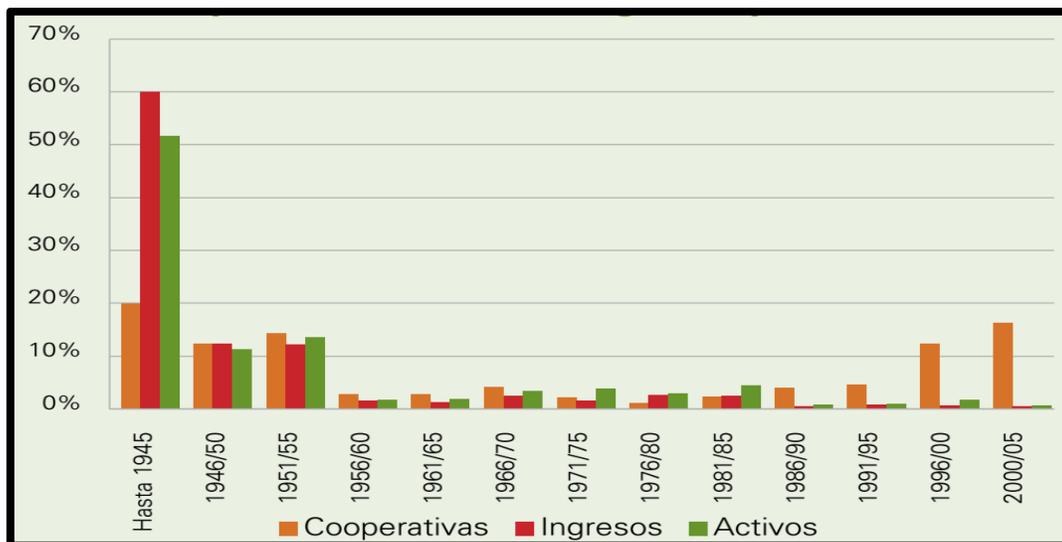


Figura 1 – Cooperativas agrárias argentinas ativas no ano de 2010, segundo período de criação, faturamento e ativos totais (em %).

Fonte: (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011) com base em dados do Censo realizado pelo INAES.

Quanto à organização do cooperativismo, o cooperativismo agrário, embora tenha se consolidado na primeira metade do século XX, com a criação de uma organização de terceiro grau, a Confederación Intercooperativa Agropecuaria Ltda. (CONINAGRO), iniciou um processo de gradual declínio, tanto em número de associações como de entidades. A título de exemplo, em 1955, haviam 1.484 cooperativas e 325.024 associados, enquanto em 2013 caiu para 835 e 122.710, respectivamente, diminuindo sua importância no setor. Essa mudança na quantidade de sócios foi resultado do avanço de relações capitalistas de produção no campo, aprofundada pela política neoliberal e emergência do agronegócio na década de 90. Algumas cooperativas agrárias buscaram acompanhar tais ditames, redefinindo e/ou acentuando a profissionalização da gestão pautadas nas métricas de eficiência econômica, ampliando por exemplo, suas áreas de influência territorial e adicionando operações com agricultores e empresas não associados (LATTUADA; RENOLD, 2004).

No caso do Estado brasileiro, a década de 1930 marca o início da utilização do cooperativismo enquanto um instrumento institucional para romper as condições de “atraso” agrícola. Contudo é na década de 1960, que o Estado induz mais fortemente a organização associativa dos produtores agrícolas em vista de atingimento de metas dos planos econômicos. Concomitantemente buscava neutralizar eventuais conflitos sociais no campo, criando uma “classe média rural” consumidora de produtos industrializados, dinamizadora do mercado interno brasileiro e visava sobretudo suprir uma lacuna existente no meio rural de então, qual seja, a

inexistência de estruturas privadas de fornecimento de insumos modernos e de recepção e beneficiamento da produção agrícola.

Assim, por meio do Estado ditatorial, é constituída em 1969 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), tornada mais tarde a representante única do cooperativismo, de forma impositiva, com a Lei 5.764/1971. Esta lei estruturou o sistema cooperativo de forma a suprimir qualquer forma de autonomia de constituição e organização das cooperativas independentes e de oposição. Nesse sistema, a OCB foi crucial para a manutenção da unidade da doutrina cooperativista, garantindo que ela permanecesse alinhada ao projeto político do regime militar, e em estreita afinidade ao objetivo de implantar relações capitalistas de produção no campo brasileiro. Destaca-se que no interior da OCB a agricultura sempre foi o setor econômico mais expressivo, refletindo na composição de seus quadros gestores, sendo eles majoritariamente formados por proprietários e empresários rurais (MENDONÇA, 2010) ou pela tecnocracia a eles associada. A seguir apresentamos uma tabela mais completa da evolução das cooperativas agropecuárias vinculadas à OCB.

Quadro 1 – Brasil. Evolução do número de cooperativas agropecuárias, de associados e de sócios/cooperativa.

| Anos | Cooperativas | Associados | Média de Sócios/Cooperativa |
|------|--------------|------------|-----------------------------|
| 1940 | 530 | 46.890 | 88 |
| 1950 | 1.191 | 145.142 | 122 |
| 1960 | 1.739 | 406.759 | 234 |
| 1970 | 1.160 | 759.133 | 654 |
| 1980 | 1.480 | 1.718.145 | 1.161 |
| 1990 | 1400 | 994.086 | 710 |
| 1997 | 1410 | 923.625 | 655 |
| 2002 | 1.624 | 865.494 | 532 |
| 2007 | 1.544 | 879.649 | 569 |
| 2010 | 1.548 | 943.054 | 609 |

Fonte: MENEGÁRIO (2000) com base em dados de PINHO (1980) e OCB.

(a) os dados de 1997 referem-se ao mês de Setembro.

Além das cooperativas acima retratadas há um segmento não vinculado à OCB, no movimento que se denomina da Economia Solidária, articulado a movimentos sociais, sindicais, pastorais, que se opõem ao modelo pregado pela organização monolítica do cooperativismo (que aliás se vê contestada em anos recentes com a fundação da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), que congrega 2.600 cooperativas do campo e cidade representando 850 mil associados).

Fazem parte desse movimento as cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), dentre outras organizações de menor extensão⁷. Esses movimentos se contrapõem abertamente ao modelo cooperativista pregado pela OCB e direcionam suas ações para conjugar a articulação econômica e política dos setores camponeses alijados do modelo de desenvolvimento excludente implantado no campo brasileiro. Buscando articular iniciativas de luta social com a de consolidação econômica dos camponeses, desenvolveram várias iniciativas importantes de cooperativismo coletivista de produção agropecuária (como as CPAs coletivas do MST), de crédito (como a CRESOL), e de comercialização e industrialização da produção. Por outro lado, apostam na construção de uma nova sociabilidade no meio rural e de um paradigma sustentável baseado na agroecologia.

Ademais, os camponeses são fortemente impactados com a expansão do modelo do agronegócio, uma vez que suas áreas são cercadas, famílias são expulsas das terras, e em alguns casos se reinstituem práticas escravistas no trabalho agrícola, afora a crescente contaminação por agrotóxicos e transgênicos. E, fundamentalmente, porque o Estado brasileiro é sequestrado em função de exercer os interesses de dominação do agronegócio, em detrimento dos interesses dos camponeses e da maioria da população brasileira. Esses dois polos em disputa permanente, desde o período da ditadura militar, compõem o território sobre qual modelo de desenvolvimento para o campo prevalecerá.

TERRITÓRIO E AGRONEGÓCIO COOPERATIVO: A TERRITORIALIZAÇÃO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PODER

No Brasil e na Argentina a fase da modernização da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas teve forte apoio do Estado. Tal modelo de produção agrícola construído a partir dos anos 1950 se desenvolveu com base na utilização intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos industrializados, com vistas à produção para o mercado interno e, principalmente, internacional. Estes novos arranjos denominados de Complexos Agroindustriais (CAIs) são

⁷ No caso argentino, os camponeses e a agricultura familiar adotaram formas de organizações baseadas na economia social e solidária. Enquanto que o cooperativismo agrícola, teve primazia de produtores de pequena e média capitalização, com particular peso na região pampeana. Os graus de organização do campesinato foram conceitualizados por alguns autores (LATTUADA, 2016). Pode-se apontar, entre as diversas experiências deste autor, as feiras francas e os circuitos-curtos (SCHIAVONI, 2013; RODRÍGUEZ SPERAT, et al. 2015).

caracterizados fundamentalmente pela subordinação da agricultura aos setores industrial, comercial e financeiro (DELGADO, 1985; CHRISTOFFOLI, 2009).

Em nível internacional a virada da década de 1980-1990, é marcada por uma nova realidade produtiva na Europa e safras crescentes de soja nos EUA e América do Sul o que acarretaria grande mudança na estrutura produtiva da soja em todo o mundo. No Brasil e Argentina, como parte desse processo global, a retirada dos subsídios (especialmente crédito) e do desmantelamento das políticas reguladoras do Estado, foram fatores que contribuíram significativamente para a mudança do perfil dos agricultores, sobrevivendo os mais especializados-capitalizados sob a regência da lógica de comoditização-financeirização da agricultura, eixos que irão formar a moldura do agronegócio nos anos 1990-2000 (BARKSKY; GELMAN, 2001; DELGADO, 2012).

É neste período, que o agronegócio explicita uma tendência à centralização e concentração de capitais (MARX, 1984) na agricultura, em que a produção das culturas ditas modernas, especificamente a soja, combina contraditoriamente e de modo desigual: a) maior quantidade de área fundiária; b) melhores condições financeiras dos agricultores e c) inviabilização e/ou expropriação dos pequenos agricultores. Deste modo, através de análise comparativa do Brasil e Argentina em torno a casos cooperativos agrários, procura-se compreender em que grau estas organizações ao se imbricarem com o desenvolvimento capitalista no campo, foram agentes estratégicos e/ou secundários neste processo e quais as estratégias que implementaram em cada caso.

Para responder esta problemática, este trabalho, ancora-se em uma abordagem territorial, onde o seu uso permite captar os movimentos que ocorrem no espaço (relações sociais de produção, de troca e consumo), refletindo um sistema de ações ou de comportamentos que traduzem uma "produção territorial" materializada pela tessitura, nós e redes (a exemplo dos entrepostos cooperativos). Por conseqüências, estas produções territoriais revelam relações marcadas pelo poder material e imaterial, e este é simultaneamente, resultado e condição dos processos sociais (RAFFESTIN, 1993). Neste aspecto, Souza (2009) ressalta que os territórios devem ser observados enquanto totalidade, o que não determina um apriorismo economicista, ao associar território e apropriação, ao contrário se concebe esse processo como totalidade das relações humanas que se processam no movimento.

Assim, é fundamental para a análise geográfica perceber como determinados sujeitos do agronegócio se territorializa⁸ e quais impactos isso causa ao território. Consideramos que o poderio da UAA e da COAMO está diretamente relacionado à capacidade que elas possuem de dominar parcelas do espaço e assim impor sua lógica de reproduzir relações sociais capitalistas nos territórios. Portanto, na medida em que instalaram grandes estruturas de escoamento, armazenagem e produção, somada a alianças com frações da classe dominante (burguesia agrária, sociedade política) e internacional (multinacionais, tradings agrícolas), se apropriaram de um espaço (RAFFESTIN, 1993), concreta ou abstratamente, e assim, territorializaram-se, provocando um processo simultâneo de “construção/destruição/manutenção/transformação” (OLIVEIRA, 1999).

Importante ressaltar, que a estratégia de territorialização das cooperativas acentuada na década de 90, alinha-se com o prisma da gestão profissionalizada/gerencial das organizações cooperativas, ocasionando uma gradativa dominação política e econômica, dirigida por um corpo tecnocrático, cujo principal objetivo é alcançar a eficiência econômica (AZERÊDO, 2016). Este modelo institucional denominado na literatura Argentina de “Organización Institucional en Mutación” (OIM), possuem características que nos ajudam a refletir a imbricação das cooperativas com o agronegócio, a exemplo da adoção de uma maior escala econômica e complexidade organizacional, além de ampliar seu escopo de ação com operações que não necessariamente privilegiam os associados (LATTUADA; RENOLD, 2004).

Desta forma, compreender os mecanismos de territorialização, guiado pela “tecnocracia” (TRAGTENBERG, 2006) das cooperativas no Brasil e Argentina não apenas sob a luz de um apriorismo economicista (ao associar território e apropriação) e sim enquanto um processo da totalidade das relações humanas que se processam no movimento histórico, marcados pelo poder, são os desafios a percorrer.

ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA UNION AGRÍCOLA AVELLANEDA (ARGENTINA)

⁸ Nesse sentido, (OLIVEIRA, 1999, p.106), define a territorialização do capital como “um processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude”.

Esta organização tem motivado investigações múltiplas, devido ao seu crescimento produtivo em um contexto de crise, e suas "novas" transformações (BASAÑES, 2011; SILI; MEILLER, 2013). Estas apresentam elementos singulares: ter mantido espaços de participação ativa da juventude agrária, possuir mecanismos de gerenciamento que profissionalizaram o vínculo com os associados, e, mantiveram e desenvolveram experiências de valor agregado e tiveram uma expansão territorial "bem-sucedida".

A Unión Agrícola Avellaneda Cooperativa Limitada (UAA) foi fundada em 1919 e reuniu 33 produtores. A cooperativa nasceu sob o impulso regional do cultivo do algodão, além de explorar outras matérias-primas, como amendoim, linho e cana-de-açúcar. A base social da cooperativa compartilhava certas características (determinadas pela forma histórica da colonização provincial), já que no Departamento de General Obligado havia uma importante presença de pequenos e médios produtores agrícolas. Quanto à estrutura participativa interna da cooperativa, além das instâncias estabelecidas pela legislação nacional 20.337 de 1973, a UAA constituiu diferentes "canais", de acordo com a multiplicidade dos associados e suas necessidades. "Canais", como os grupos de jovens (anos 1930), grupos técnicos de produtores (anos 60), grupos de mulheres (anos 80) que superavam o caráter estritamente "produtivo" e que, em termos cognitivo-culturais, consolidou a permanência do vínculo associado-cooperativa naqueles períodos.

A partir da década de 1930, a produção de algodão foi fundamental para as atividades da cooperativa, e até 1956 a memória oficial da organização, ainda registra que essa atividade respondeu por 79% da produção total coletada. Porém, nos anos 60, começou uma forte incerteza na produção de algodão, com momentos alternativos de crescimento e declínio do comércio. Tal momento foi o fator desencadeador, durante a década de 1970, para a "pampeanización"⁹, termo utilizado por alguns autores para indicar o aumento das culturas características da região pampeana, como girassol e sorgo às custas da retração do algodão, nas províncias do Gran Chaco Argentino (GChA) (BRUNIARD, 1982).

A UAA, em sua estratégia territorial, foi um móvel de expansão da colonização no Território Nacional do Chaco e região adjacente, estendendo-se a mais de cem quilômetros de uma extremidade para outra, aumentando o seu raio de ação e alcance (Memória UAA, 1960). Assim a

⁹ O avanço da soja no que se chama região Pampeana, evoluiu de aproximadamente 5 milhões de hectares em 1993 para pouco mais de 7 milhões de hectares em 1997 e para mais de 14 milhões de hectares em 2005. As províncias de Buenos Aires e Córdoba sempre foram as que tiveram maior produção de soja, no entanto foram perdendo espaço para as províncias de La Pampa e Chaco, entre outras (INDEC, 2013).

cooperativa foi agregando atividades dentro de sua órbita, que excediam o setor agrícola (como postos de serviços e supermercados) embora sua ação central fosse em torno do algodão, com coleta e descaroçamento. Sua estratégia era de acompanhar os produtores que se expandiram para fora da área de origem, levando à construção de 07 entrepostos entre 1948 e 1979 e passando de 742 para 2.831 associados.

Já na década de 1970 a UAA havia diversificado seus campos de ação: produtos agrícolas, seção de distribuição (armazém, loja e veterinária), vendas de seguros, seção industrial (algodão descaroçado, moinho, rações, etc.), integração avícola e venda de combustíveis. Importante mencionar que as atividades que envolveriam a industrialização se manteriam na área de origem da cooperativa.

A integração avícola ENERCOP, marca própria criada em 1972 e mantida até hoje, busca a agregação de valor aos associados com pequenas áreas de terra, bem como a sinergia com outras áreas da cooperativa. A integração incluiu a produção, distribuição de pintinhos, a elaboração e distribuição de rações, recebimento, processamento comercialização de cortes de frango, seus derivados e produtos relacionados à alimentação animal. Ainda que restrita em termos de associados envolvidos, representa 34% da produção nacional cooperativada de aves.

Neste contexto, a partir da ditadura militar de 1976, o setor cooperativo agrícola do país passa por severas crises, que provocaram o endividamento dos produtores, os quais ainda que capitalizados (com máquinas, etc.), não conseguiam pagar as altas taxas de juros. Como consequência houve o desaparecimento de um grande número de cooperativas e inviabilização de agricultores. Enquanto em 1972 eram 1473, em 1994 atingiram 813. Salienta-se que na década de 1980, as cooperativas agrícolas financiaram seus associados, e estes não pagaram os empréstimos, tendência que se repetiu acentuando-se ainda mais na década de 1990, devido ao modelo regressivo do Estado neoliberal (LOMBARDO et al., 2009).

Como reação à situação crítica do período e à deterioração das finanças, a UAA registra contínua redução no efetivo de trabalhadores (Memória UAA, 1992). Num ajuste de estratégia busca ampliar a escala de suas atividades, sem no entanto angariar necessariamente novos associados. Neste sentido, a UAA em 1994 arrendou uma planta de silos no oeste provincial, com o entreposto de Tostado e em 1997, inicia operações em Bandera com a venda de agroquímicos e produtos YPF, consolidando a presença em Santiago del Estero (MEMÓRIA UAA, 2010). Na primeira década do ano 2000, constituiu novos entrepostos para além dos limites geográficos da

zona de origem (Província de Salta). Com tal direcionamento, entre 1997 a 2009, a UAA criou 06 entrepostos, somando-os aos 08 entrepostos já existentes. A partir desta primeira experiência avançada, a UAA começou sua ação com o investimento em infraestrutura. Em 2002, arrendou uma planta industrial em General Pinedo (SALTA, 2013). Como se verá adiante, a abertura desses novos entrepostos não implicou incorporação de associados.

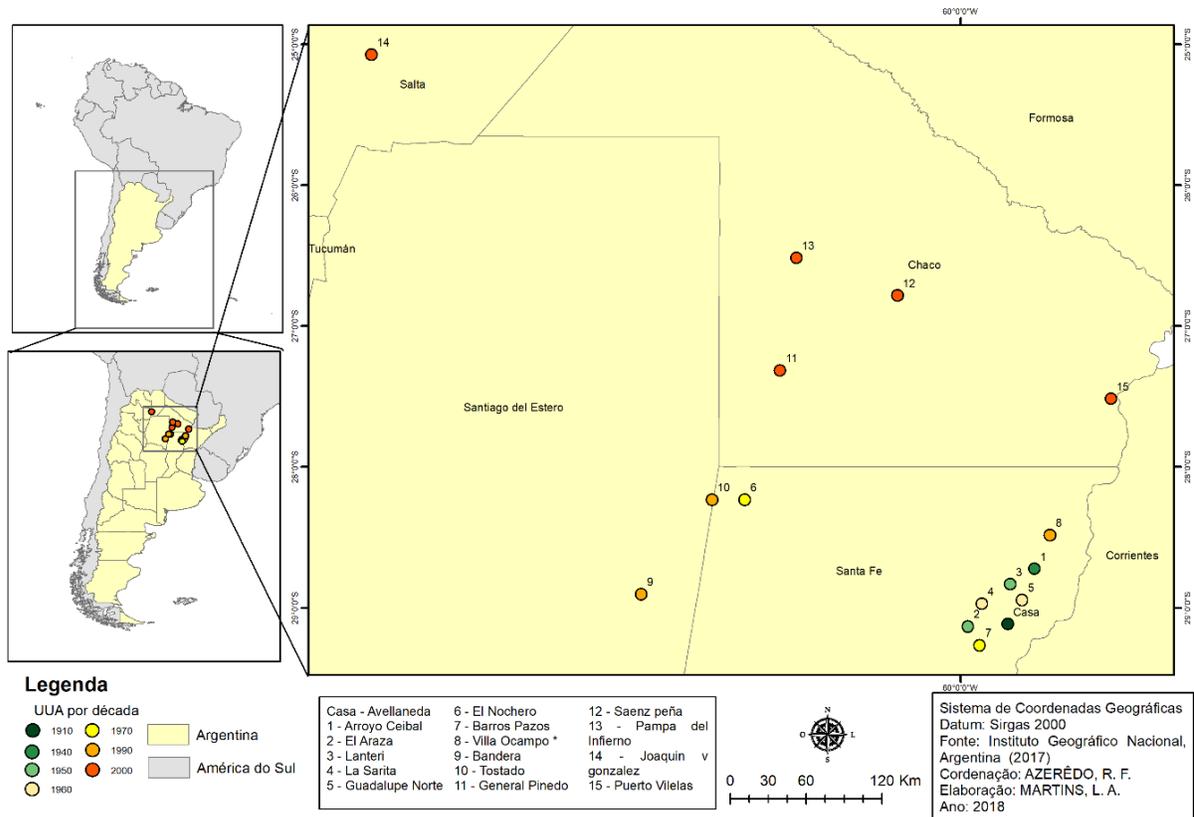


Figura 3 – Área de atuação e espacialização geográfica dos entrepostos e unidades operativas da União Agrícola Avellaneda

Fonte: (AZERÊDO; MARTINS, 2018)

Compreendemos que estas etapas de territorialização da UAA estão ligadas a motivações endógenas e exógenas. Na primeira, por sua vez, dois níveis podem ser observados: a) do fato de parcela dos associados expandir para áreas maiores de produção, devido à necessidade própria da expansão do modelo do agronegócio, e b) da busca pela cooperativa de contrabalançar as instabilidades climáticas, expandindo sua zona de atuação. Já as motivações exógenas estavam vinculadas à expansão da fronteira agrária e ao desaparecimento de organizações (entre elas outras cooperativas singulares e criação de novas). Em relação a este último, deve-se acrescentar que a

cooperativa, considerando o estreitamento de suas margens durante a década de 1990, buscou gerar um maior volume de coleta, levando à necessidade de buscar eficiência técnica e econômica.

No ano 2000, de acordo com a memória institucional da UAA, reconheceu-se que "sua atividade econômica estava marcada por um crescimento substancial dos volumes físicos operados" (MEMORIA UAA, 2000, p.9). Tais dados demonstravam os valores comercializados pela cooperativa, e revelaram que apesar da diversificação, entre 2001 e 2010, os produtos agrícolas e agroveterinários representavam uma média de 65% do faturamento. Como resultado destas ações, atualmente a força de trabalho da UAA é de 800 funcionários, sendo este um pico histórico.

Tabela 1 – Valores Comercializados segundo os eixos de faturamento em porcentagem (%). UAA (2001-2010 por média).

| Eixos | Anos | | | | | | | | | | |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Média |
| Produtos Agropec. | 52% | 53% | 56% | 54% | 52% | 51% | 54% | 48% | 49% | 55% | 52% |
| Interagração | 6% | 6% | 4% | 6% | 1% | 6% | 6% | 8% | 8% | 7% | 6% |
| Avícola (AI) | | | | | | | | | | | |
| Agroveterinária | 14% | 11% | 11% | 14% | 11% | 15% | 16% | 15% | 13% | 11% | 13% |
| Supermercado | 6% | 5% | 6% | 6% | 7% | 7% | 7% | 10% | 9% | 6% | 7% |
| Armazenamento | 2% | 2% | 3% | 3% | 4% | 4% | 3% | 4% | 3% | 3% | 3% |
| YPF | 9% | 10% | 10% | 10% | 11% | 10% | 9% | 12% | 12% | 10% | 10% |

Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços e Memórias da UAA (2001-2010).

Durante os anos 80, o girassol foi, juntamente com a soja, o impulso da "pampeanización". Em 1986, representou 47% do total de produtos coletados pela UAA e diminuiu gradativamente a partir dos anos 90, atingindo 14% em 2003. Ainda que a soja tenha preponderância na maior parte dos anos, o girassol teve um lugar significativo. Ambas as produções completavam o panorama da mudança: do algodão (como produção originária) ao novo perfil do tipo agrícola e pampeano.

Portanto, diante da expansão do modelo do agronegócio na Argentina, a cooperativa adota duas estratégias, expandir-se territorialmente e, como já mencionado, diversificar a produção. Ambas se desenvolveram desde o início. Alguns autores que estudaram a UAA, as consideraram complementares, "já que o desenvolvimento do agronegócio, predominante nas novas zonas de expansão (Chaco e Santiago del Estero) permite diversificar mediante o risco climático, contribuindo para uma maior estabilização de faturamento para a cooperativa" (SILI; MEILLER, 2013, p. 44). Conforme descrito, esse mesmo discurso foi sustentado quando seus dirigentes afirmavam que sua expansão reduzia o impacto dos riscos climáticos (MEMORIA UAA, 1997, p.

9). No entanto, essas afirmações contrastam com o fato de que não se reconhece que a ação da organização foi favorável para os produtores de sua região de origem, nem tampouco ficou evidente se gerava desenvolvimento (ou melhor que tipo de desenvolvimento) nas outras províncias.

Diante de tais estratégias, a direção da UAA levantou a seguinte questão, o que fazer com uma parte significativa dos associados pequenos e médios produtores? A cooperativa tentou conciliar essa tensão iminente, conforme observado, reformulou aspectos de suas ações em relação à expansão sobre outros territórios, a diversificação produtiva. O discurso e as ações da diretoria, no norte de Santa Fé reconheciam a presença de pequenos produtores em sua zona de origem e o papel necessário da UAA em garantir sua permanência no meio rural, reconhecendo o limite de um grande número de seus associados, diante das novas exigências e métricas produtivas do agronegócio.

Entretanto, chamamos a atenção, que a territorialização da UAA não foi acompanhada por um aumento de associados. A título de ilustração, depois de 12 anos de presença da cooperativa no Chaco, tinha-se em 2013 mais de 800 contas de comercialização abertas com produtores e somente 2 tornaram-se associados (entrevistado, 2015). Além disto, a tendência geral do número de associados da cooperativa na década de 2000 era de descenso, de 2.324 no ano 2000, passou a 1921 em 2011. Em Salta, os produtores que comercializavam com a cooperativa eram grandes proprietários (onde aproximadamente uma dúzia de produtores exploravam cerca de 700 mil hectares) exemplificando bem o tipo de operações da UAA e da diferença da base social que ali se assentavam, onde o critério passa a ser a extração de rentabilidade na região, sem a participação desses fornecedores nas decisões internas da cooperativa.

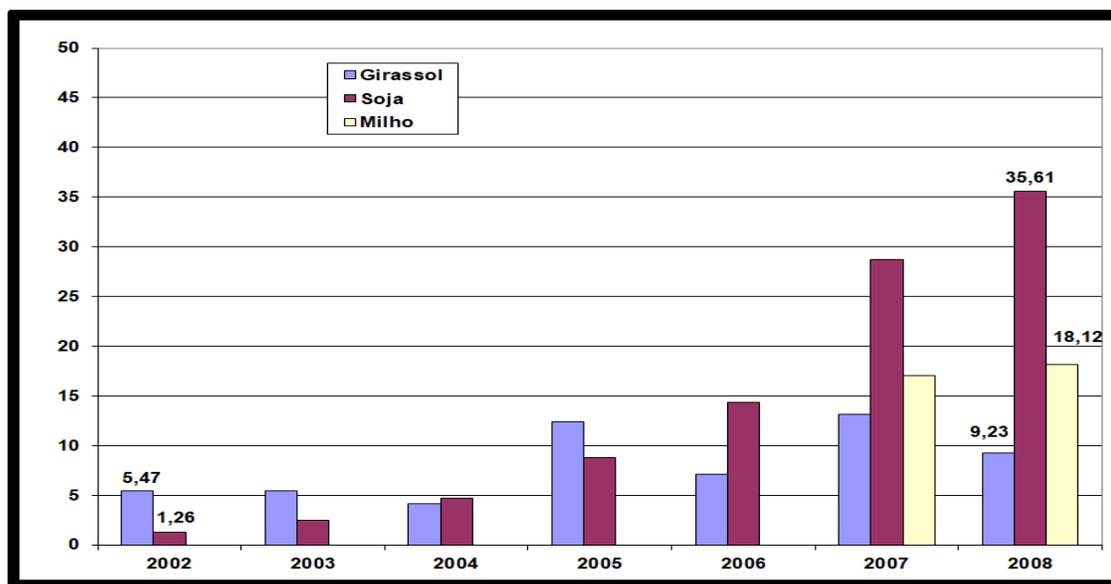


Figura 4 – Coleta de produtos agrícolas da zona extra-santafesina sobre o total coletado (em porcentagem). UAA. 2002-2008.

Fonte: Elaboração própria com base em: Relatório de coleta por entrepostos extra-provinciais (2000-2008) e Memórias e Balanços da UAA (2000-2008).

De acordo a figura 4, observa-se que os entrepostos externos a Santa Fé passaram a representar um percentual importante do total arrecadado pela UAA, denotando sua importância estratégica e até uma certa dependência da cooperativa em relação aos mesmos. A título de ilustração em 2008, o entreposto de Sáenz Peña coletava 15.018.982 kg de soja, representando 25% da produção extra-santafesina e 9,2% do total coletado pela UAA. Este se destaca em importância em relação a Gral. Pinedo, e no ano seguinte (2009), chegaria a 34.076.664 kg de soja. Em 2009, o entreposto Pampa Del Infierno coletou 48.489.503 kg, representando 36,54% da soja comercializada pela UAA.

Concomitantemente destaca-se a comercialização dos produtos do setor "agroveterinario", onde as vendas de agroquímicos, chegaram a quase triplicar entre os anos de 2000 à 2011, passando de 1.000.260 Lts. a 3.916.491 Lts. Na memória institucional, percebe-se a valorização e o papel central que tinha os vendedores/técnicos/agrônomo do setor da agroveterinária "por serem especialistas no campo, permitindo expandir em diferentes áreas e, acima de tudo, estabelecer contatos com produtores de todas as escalas, com diferentes níveis de operações com a cooperativa" (MEMORIA UAA, 2006, p. 22).

A guisa de conclusão, destaca-se que a expansão da UAA, teve apoio da cooperativa de segundo grau Asociación de Cooperativas Argentinas (ACA). Além de possuírem um vínculo

histórico por terem nascido na província de Santa Fé, existe aporte de investimentos e inserção em projetos “empresariais” entre ambas. A título de exemplo, em 2006, a UAA informou sobre a sua participação em Puerto Vilelas (situado próximo a capital da província do Chaco) para o embarque e coleta de produtos no Chaco. Acerca desse fato, reconhecia-se que "a nossa [UAA] participação em 20% decorre de um acordo com a ACA, a quem possui 80% e exerce a administração direta, registrando o faturamento e despesas em seu nome" (MEMÓRIA UAA, 2006, p.17). Já em 2011, "em General Pinedo, estamos construindo nosso entreposto com aportes da ACA, o que nos possibilita um arrendamento posterior e um plano de recompra das instalações, permitindo assim enfrentar esta obra sem um aporte financeiro de imediato (MEMÓRIA UAA, 2011, p.13).

Por fim, vimos nesta seção, os elementos centrais da territorialização da UAA, que desde o final da década de 1990, vem abrindo e incorporando novos entrepostos, com uma lógica comercial predominante - coleta de grãos e venda de agroquímicos - buscando assim aproveitar a expansão-consolidação do agronegócio na Argentina, o qual acarreta benefícios para a estrutura econômica da organização. Por sua vez, esta expansão, não foi acompanhado pela incorporação de novos associados, restringindo apenas seus vínculos a fins comerciais (sem participação nas decisões da cooperativa) e o aumento de operações de grandes produtores agrícolas.

ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA (BRASIL)

Campo Mourão, situado na mesorregião Centro Ocidental do estado do Paraná, é uma região de colonização recente e acompanhou intensivamente o processo de modernização da produção agrícola capitaneada pelo Estado. De acordo com Setti (2010) esta transformação da agricultura se iniciou pela exploração florestal extrativista, uma das primeiras atividades econômicas de expressão em Campo Mourão, num processo que levou à destruição das matas nativas. Para a concretização do projeto de modernização no campo, buscando aumento na produção e produtividade, o Estado passa a incentivar o avanço tecnológico no campo, implementando novas culturas e práticas agrícolas. Tal projeto foi iniciado, com a instalação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) em Campo Mourão na década de 1960, com o trigo e, sobretudo, a soja. Esta foi a cultura mais representativa nesta passagem da modernização da agricultura paranaense fazendo com que viesse a ser em 10 anos o principal produto da agricultura paranaense.

Concomitantemente este processo desencadeou a necessidade de implantar estruturas de recebimento e comercialização destes produtos (ÁVILA, 2002) visando incorporar a agricultura regional aos crescentes mercados nacionais então existentes, buscou-se reproduzir e sedimentar relações sociais de tipo capitalista no meio rural, substituindo a dinâmica camponesa semi-autárquica. Neste sentido, o trigo foi o primeiro produto a ser estimulado, via subsídios ao crédito, em consonância com a política de substituição de importações. A nascente Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. (COAMO) iria se apropriar de parte dessas benesses estatais. Mediante indução realizada pelo Estado paranaense, via ACARPA, é criada em 1970 a COAMO, que surge exatamente no momento em que Campo Mourão entrou no período de transição entre a exploração da madeira e o início da atividade trigo-soja. Criada em 28 de novembro de 1970 por 79 cooperados (todos sendo proprietários de terra e em sua maioria migrantes do Rio Grande do Sul), já nasceu no intuito de ser uma cooperativa regional, com área de atuação em 15 municípios (SETTI, 2010).

Logo de início, o Estado teve papel fundamental na constituição e desenvolvimento das cooperativas agrícolas através da concessão de crédito a taxas reais negativas, voltados à estruturação de redes de armazenagem, além de condições favoráveis de financiamentos (prazos e carências elásticas) constituindo no principal mecanismo de fomento dos interesses agroindustriais/cooperativos e da política estatal a partir dos anos 1960 até fins dos anos 1970 (DELGADO, 1985).

Em 1979, a COAMO possuía entrepostos implantados em 13 municípios paranaenses, tendo possibilitado disputar as frações dos territórios onde estava espacializada desde seu início, contribuindo fortemente ao seu processo de territorialização e tornando-se hegemônica em toda porção leste da Microrregião de Campo Mourão (ANDRADE, 2013).

Um fato interessante a ser mencionado da estratégia de territorialização da COAMO, foi quando ultrapassou os limites geográficos definidos pelo governo estadual e a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) no tocante ao Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP). Essa migração da COAMO para o extremo sul da Mesorregião Centro Sul Paranaense, com a incorporação da Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda. (COPALMA), de Palmas (PR) em 1978, objetivava produzir sementes de soja, sendo importante para que a COAMO pudesse dominar o fornecimento de um insumo estratégico e de alto valor agregado: “Foi uma questão de estratégia, aquela região Mangueirinha, Palmas, eram regiões extremamente propícias

para produzir sementes” (entrevistado, 2015).

Assim, com as incorporações da cooperativa de Palmas e Pitanga (com a incorporação da Cooperativa Agropecuária Centro do Paraná - COOPERCENTRO, em 1979), e também a expansão orgânica e geográfica via implantação de novas estruturas de armazenamento, há um salto no quadro de cooperados da COAMO, passando de 79 em 1970 para 6.439 em 1979. Destes, destaca-se que 74% se configuravam como proprietários de terra com até 50 hectares. Ainda que não estejam disponíveis dados sobre a importância econômica dos diversos estratos de cooperados, o fato da expansão do número de pequenos agricultores significava então sua relevância para a estratégia de acumulação de capital para a cooperativa.

Sob o delineamento estratégico de ampliar a base territorial/espacial e potencializar o seu processo de acumulação de capital, especialmente pela busca de redução dos custos via ampliação de volumes, a territorialização da COAMO se reforça nos anos 1980, tendo em 1988 expandido sua estrutura física com a criação/incorporação de 17 novos entrepostos, obtendo um aumento impressionante de cooperados, saltando de 6.439 em 1979 para 31.175 em 1988.

Este vertiginoso crescimento “deveu-se, em grande parte, aos pequenos agricultores que aderiram à cultura do algodão e, filiaram-se à cooperativa para a entrega da produção. Graças a esta adesão, a cotonicultura da microrregião geográfica de Campo Mourão, registrou um crescimento, tanto na área cultivada como na produção e na produtividade” (ÁVILLA, 2002, p.89). Vale ressaltar também, que os anos 1980 marcarão o início da implantação dos complexos industriais da COAMO, com a inauguração em 1981 da indústria de óleo de Soja, a destilaria de álcool e a fiação de algodão implantadas em 1985/1986. Outra variável para explicar o crescimento de cooperados está na ampliação/territorialização de sua área geográfica, especialmente no Centro Ocidental Paranaense, no Centro Sul Paranaense, Norte Central paranaense (através da aquisição em São João do Ivaí, da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí - COPIVA, no ano de 1986) e na região catarinense de Abelardo Luz/SC (através da incorporação em 1984, da Cooperativa Agropecuária Abelardense Ltda. - COOPERAL). Esta foi a primeira espacialização da COAMO fora do Paraná.

Deste modo, Souza (s.d.) compreende que o processo de territorialização não determina um apriorismo economicista, ao associar território e apropriação, ao contrário se concebe esse processo como totalidade das relações humanas que se processam no movimento histórico. Indo de encontro ao autor, pode-se afirmar que a expansão da COAMO para a nova região catarinense no início dos anos 1980 não tem significação apenas no campo econômico. A título de exemplo, as

eleições internas no ano de 1991 foram decisivamente influenciadas pela possibilidade das novas regiões incorporadas se posicionarem pela continuidade da chapa encabeçada pelo agrônomo Galassini. A esse respeito o ex cooperado em entrevista, descreve que pela primeira vez na história da COAMO, houve disputa de chapas na eleição interna. A oposição teria perdido devido aos votos dos cooperados da região de Santa Catarina, recém incorporada, que fecharam com a chapa da situação.

Concomitantemente o cenário da agricultura brasileira, em meio às pressões macroeconômicas (com os planos de estabilização) advindas da década de 1980, e intensificadas pelas medidas neoliberais na década de 1990, refletiu uma crise do crédito oficial para o setor rural e em especial para as cooperativas agrícolas (PADILHA, 2014). Neste contexto de recessão econômica, com restrição ao crédito e uma conjuntura macroeconômica instável, as cooperativas agropecuárias passaram por profundas dificuldades financeiras, ocasionando a quebra de dezenas no centro sul do país, algumas sendo incorporadas a outras cooperativas, ou sobrevivendo graças à injeção de recursos do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP). Entretanto chama a atenção o fato da COAMO não necessitar dos recursos do RECOOP e continuar sua forte política de expansão territorial, seja através de capital próprio, como de terceiros, agora focada na região Oeste do Paraná, principalmente pela via da aquisição/incorporação de cooperativas que estavam em vias de liquidação, a exemplo da incorporação da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda. (COOPAGRO) com sede em Toledo/PR, que “adicionou cerca de 1.400 membros a COAMO” (ZYLBERSZTAJN et al., 1996). Salientamos que o avanço na mesorregião Oeste estava fortemente associado ao perfil desta região no tocante a produtividade crescente de soja.

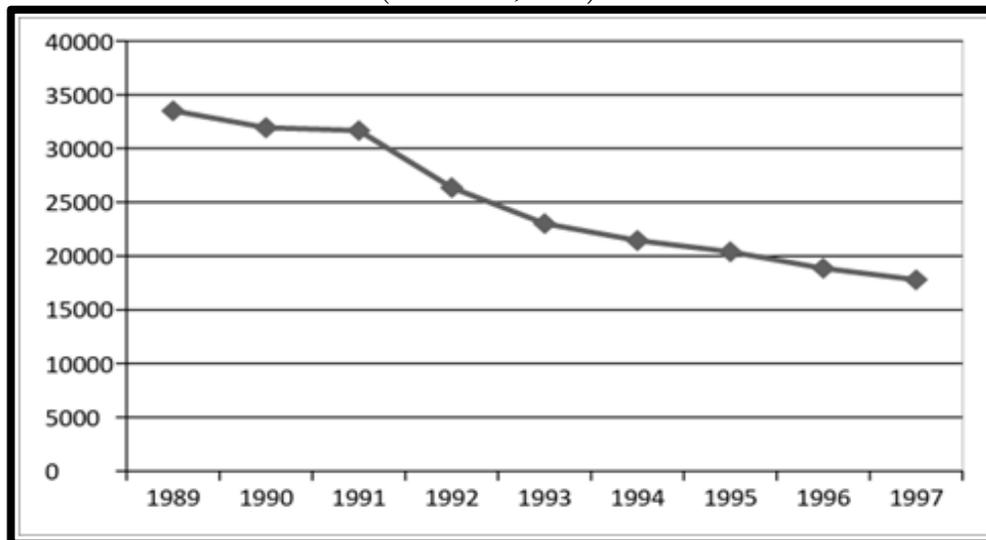
Este período também marca a virada estratégica da COAMO, no sentido de fortalecer o tripé exportação/internacionalização/industrialização, exemplificada na aquisição de uma indústria de óleo de soja da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná Ltda. (COCAP), no Porto de Paranaguá e da Criação em 1994 da *Trading* COAMO Internacional, com sede em Aruba. No entanto, e contraditoriamente, no período de 1988-1997, embora tenha expandido sua área de atuação geográfica, com a ampliação de entrepostos em mais 13 municípios e consolidando a sua presença nas áreas já atuantes, constata-se drástica redução em sua base de cooperados, conforme visto na figura 5. Dos 31.175 cooperados em 1988, passou a ter 17.788 cooperados em 1997(diminuição de 43%).

Figura 5 – Número de cooperados da COAMO (1988-1997).

Fonte: Azerêdo, 2016.

Ávila (2002, p.89) sugere que esta redução da base de cooperados da COAMO teve como principal fator a “desvinculação do produtor de algodão do quadro de associados da COAMO, devido ao declínio da cotonicultura por questões macroeconômicas”. Entendemos que essa hipótese caracteriza parcialmente a problemática.

Primeiramente vale destacar que a estrutura fundiária destes 17.788 cooperados da COAMO no ano de 1997, tinha a seguinte representação: 18% eram minifundiários com faixas de terras de 0 a 10 hectares; 54 % eram cooperados pequenos proprietários com faixas de terra de 11 a 50 hectares; 13% eram cooperados com faixas de terra entre 51 a 100 hectares e 15% eram cooperados com faixas de terra de mais de 100 hectares (OCEPAR, 1997).



Comparando a estrutura fundiária dos cooperados COAMO nos anos de 1988 e 1997, temos as seguintes configurações:

- Houve uma desvinculação de 11.752 cooperados que possuíam faixas de terra entre 0 a 10 hectares. (Diminuição de 79%);
- Houve também redução de 6.048 sócios que possuíam faixas de terra entre 11 a 50 hectares. (Diminuição de 39%);

- Houve acréscimo de 1.706 cooperados que possuíam faixas de terra entre 50 a 100 hectares. Também aumentou em 2.707 os cooperados que possuíam faixas de terra de mais de 100 hectares

Baseado nos dados da Ocepar (1988; 1997) enfatizamos que durante este período, foram excluídos da COAMO os cooperados que eram minifundiários (de 0 a 10 hectares), havendo também uma exclusão significativa do quadro associativo dos pequenos produtores (até 50 hectares). Portanto, se reforça e consolida uma tendência da cooperativa em agregar grandes produtores visando melhorar sua rentabilidade econômica em detrimento de sua função social.

Portanto diferente das décadas de 1970 e 1980, quando a COAMO buscava sócios ativamente, até com 3 alqueires de terra, utilizou-se na década de 1990 uma estratégia clara de territorialização excludente, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 ha, onde a ampliação da área média das terras dos novos associados era uma das exigências para a produção da soja, com tecnologia modernizada incorporada ao processo produtivo (ou seja, uma opção pela classe média rural e pela burguesia agrária). Desta forma, ao adotar uma estratégia que expulsou milhares de pequenos camponeses, a COAMO foi sujeito ativo na desconstrução de um território camponês, para a superposição de um território formado pela média-grande burguesia rural, havendo portanto um processo de territorialização capitalista - desterritorialização camponesa.

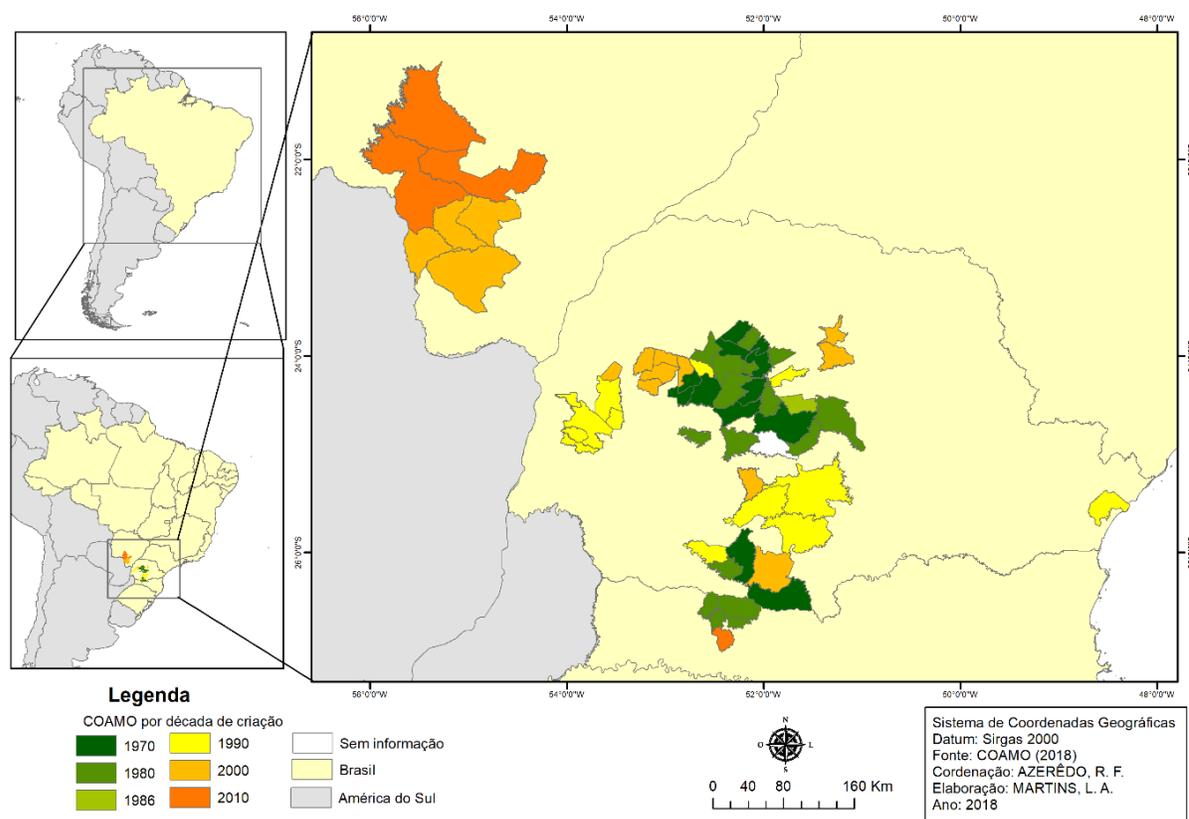
Já na virada do Séc. XXI, há uma nova fase do cooperativismo brasileiro, com retomada de aumentos do fornecimento de crédito rural para as cooperativas por parte do Estado (PADILHA, 2014), que coincide com a expansão da soja nos anos 2000 (CHRISTOFOLI, 2009). No entanto, a COAMO continuou a pôr em prática uma política de redução da base de cooperados. Em 1997 a cooperativa tinha 17.788 cooperados, passando em 2002 para 16.986 cooperados, o que significou uma diminuição de 802 cooperados de seu quadro social.

Somente, a partir de 2002 a COAMO retomaria o crescimento na sua base de cooperados, saltando de 16.986 cooperados neste ano, para 27.398 cooperados em 2014, correspondente a um aumento de 10.412 cooperados. Somente a incorporação da cooperativa COAGEL (com seus 5 entrepostos) em 2011, resultou em quase 2.000 novos cooperados na base da COAMO. Deste modo, a COAMO segue o mesmo padrão da década de 1990, uma lógica produtiva capitalista com seletividade de cooperados (enfocando no crescimento da burguesia agrária em seu interior) e processo de crescimento via expansão territorial, para a região de fronteira agrícola do Mato Grosso do Sul, conforme figura 6.

Figura 6 – Área de atuação e espacialização geográfica dos entrepostos da Cooperativa Agroindustrial COAMO

Fonte: (AZERÉDO; MARTINS, 2018)

Por fim, no período de 2002 a 2014, a COAMO aprofundou sua estratégia de ampliar a



estratégia de controle territorial, via ampliação da estrutura de armazenagem estática, saltando de 2,59 milhões de toneladas para 5,8 milhões de toneladas; melhoria da eficiência técnica, tendo em 2014, 270 profissionais da área de assistência técnica aos cooperados (proporção de 101 cooperados para 1 funcionário) e tendo recebido 7 milhões de toneladas de produtos agrícolas (com destaque

para a soja), cerca de 3,6% da produção agrícola brasileira e 16% da produção paranaense (COAMO,2015), gerenciando uma extensão territorial de 4 milhões de hectares em 2014 (quase o tamanho do Estado do Rio de Janeiro).

Na aparência, a Coamo adotaria uma estratégia supostamente contraditória, mas no fundo, complementar, de expansão-exclusão, que combina períodos de ampliação do controle territorial, preferentemente via incorporação/aquisição de cooperativas em processo de liquidação, alternada com períodos de seletividade, em que promove mecanismos de redução do corpo de associados mediante aplicação de mecanismos seletivos/excludentes que priorizam os produtores mais eficientes de acordo com o padrão técnico capitalista dominante no setor. Ou seja, aproveitam-se oportunidades de ampliação da base territorial de ação da cooperativa, buscando para isso incorporar a base social de cooperativas em crise, para num segundo momento proceder à exclusão da parcela menos competitiva dessa mesma base social incorporada. Além disso, há um permanente esforço para melhorias na eficiência gerencial em toda sua base social.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Nesta seção, realiza-se uma análise comparativa desses dois casos cooperativos que se apresentam enquanto experiências "bem-sucedidas" em relação às características assumidas pelo agronegócio na Argentina e Brasil. No primeiro momento apresenta-se uma tabela com alguns eixos sintetizados sobre a UAA e COAMO, que permitem estabelecer uma reflexão das estratégias de territorialização, com as devidas particularidades, semelhanças, diferenças e contradições.

Importante frisar, que enquanto a UAA foi criada em 1919, pela necessidade de produtores imigrantes (em um contexto de promoção do Estado e impulso religioso), a COAMO nasceu na década de 1970 com um impulso estatal fortemente associado ao projeto da Revolução Verde. Esta diferença de cinquenta anos (a partir da origem de cada uma dessas organizações) nos permite discernir, e em alguma medida nos amparar na análise que alguns autores fizeram sobre as organizações na América Latina: a primeira origina-se em um caminho endógeno e o segundo em um exógeno (COQUE, 2002). A primeira pelos imigrantes e a segunda dentro dos impulsos externos aos membros.

Da mesma forma a COAMO, que foi criada e tem sua territorialização inicialmente fincadas no Paraná, possui característica de clima propício, terras férteis e bem localizadas (segundo Estado maior produtor de grãos do Brasil), que somada a grande parcela de sua população de agricultores e ao impulso estatal, possibilitou tornar-se grande produtor agrícola. Já a UAA, encontra-se inicialmente em uma região marginalizada, tanto nas características ambientais, assim quanto ao modelo de agroexportação do país.

Quadro 2 – Eixos de comparação entre COAMO e UAA.

| Eixos de Comparabilidade | COAMO | UAA |
|--------------------------------------|--|--|
| Região | Campo Mourão, Paraná. | Gran Chaco Argentino- Parte do Nordeste e Noroeste argentino. |
| Motivo de criação da Cooperativa | Nasce na década de 1970, enquanto instrumento do Estado, para a modernização conservadora. | Nasce em 1919, da necessidade dos pequenos produtores. Impulso estatal e influência da igreja. |
| Produção agrícola durante as décadas | 1970-1980, soja, trigo e milho 1980-1990, soja, trigo, milho, algodão, cana de açúcar 2000-2017, soja, milho e trigo. | 1930-1980, primeiro algodão 1980-1990, girassol e algodão 1990-2017, primeiro soja, segundo girassol. |
| Diversificação Produtiva | Pouca ou quase inexistente. O foco sempre foi especialmente a soja. | Existência relativa, pois não incluem grande proporção de associados. Entre 2001 e 2010, 52% da comercialização foram produtos agrícolas. Outras atividades destaca-se a integração avícola (41 associados em 2017). |
| Número de cooperados e empregados | Em 2014 tinha 27.398 cooperados e 6.726 funcionários efetivos e 1.597 terceirizados (4,07 sócios por funcionário efetivo ou 3,29 por funcionário no total). | Em 1994 tinha 2.285 associados e 439 funcionários. Em, 2000, 2.324 associados e 400 funcionários. Em 2011 tinha 1.791 associados e 801 funcionários (2,23 sócios por funcionário). |
| Perfil dos cooperados | No início pequenos e médios agricultores. Há uma redução de associados com pequena dimensão (de terras e de movimentação econômica) a partir da década de 90. Inserção prioritária de grandes produtores a partir daí. | No início, pequenos e médios agricultores. Há o desaparecimento de pequenos associados na década de 1990. Ademais inclui operações com não cooperados e grandes proprietários. |
| Expansão para quais | 1. 1970-1979 criou/incorporou/adquiriu 13 | 1- 1948-1979 criou 7 |

| | | |
|---|--|--|
| áreas e características dessa expansão | <p>entrepósitos no Paraná.</p> <p>2. 1981-1989 criou/incorporou/adquiriu 17 entrepósitos - Início da expansão no Estado de Santa Catarina</p> <p>3. 1991-1999 criou/incorporou/adquiriu 15 entrepósitos</p> <p>4. 2001-2014 criou/incorporou/adquiriu 18 entrepósitos.</p> | entrepósitos. Zona norte da província de Santa Fe. 2- 1994-2009 criou 7 entrepósitos. Zona extra provincial: Santiago del Estero, Chaco y Salta. |
| Eficiência gerencial/tecnocracia | Eficiência técnica dirigida pela tecnocracia. Submissão estrita dos associados ao padrão produtivo determinado pela cooperativa. | Importância de tecnocracia cooperativa em fixação de métricas financeiras e da fidelidade com a cooperativa. |
| Aquisição/incorporação de cooperativas/empresas em dificuldades financeiras | Estratégia desde a década de 1970, que já resultou em 11 cooperativas adquiridas/incorporadas, neste período; Disputa território com outras cooperativas e com empresas capitalistas. | Disputa território com outras cooperativas, incorporou 02 cooperativas neste período. |
| Industrialização | Em 1975 já detinha em funcionamento o moinho de trigo Iniciou na década de 1980 (indústria de óleo de Soja e destilaria de álcool e a fiação de algodão) Intensificou na década de 1990, contudo em 2003-2011 a industrialização (especialmente da soja) passou a ocupar maior representatividade nas receitas globais Atualmente tem 06 plantas industriais. | Progressivo avanço no processamento de matéria prima. -1962. Máquinas para a elaboração de alimento balanceado (rações). -1972. Integração avícola (IA). 2010, 43.916 tons. de alimento balanceado, a metade é consumida por IA. Há redução da importância relativa da IA , no faturamento: 16% em 1998 a 7% em 2010 sobre o total comercializado por UAA. |
| Participação nas exportações | Em 2011, exportou 2.590.000 toneladas de produtos agrícolas industrializados e in natura, alcançando uma receita de US\$ 1,15 bilhão, representando cerca de 30% da receita total da cooperativa neste ano. Deste total de produtos exportados, o farelo de soja representava 39% (com 1,00 milhão de toneladas), a soja in natura 43% (com 1,11 milhão de toneladas), o óleo de soja bruto 2% (com 55,81 mil toneladas) e o milho com 5% (com 128,20 mil toneladas). Do total das exportações da COAMO neste ano, 92,35% foram através da <i>trading</i> COAMO Internacional A.V.V. | - Exporta Grãos, algodão e outros produtos através da Asociación de Cooperativas Argentinas (ACA). 1962 primeira exportação de algodão através da ACA. - Avícola, 2016, 1% do total da Argentina (fonte: CAPIA). |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto às estratégias de territorialização das duas cooperativas, há elementos semelhantes, uma vez que a consolidação do agronegócio a partir da década de 1990, consolidou uma lógica de acumulação na qual as cooperativas se inseriram. Uma segunda condição comum é que neste

período, quando os estados nacionais adotaram políticas neoliberais e abandonaram seu apoio ao setor, houve falências de cooperativas agrícolas, expulsão/exclusão/expropriação de pequenos cooperados e severas contradições sociais no campo. Neste sentido, a UAA e COAMO contribuíram fortemente para a instauração do agronegócio cooperativo nesses territórios, uma vez que, centradas na especialização em poucos produtos (grãos), associadas a políticas rigorosas de redução de custos e ampliação cada vez maior do volume de produtos recebidos, contribuíram para uma reorganização regressiva do espaço rural, por meio de aquisições/incorporações de cooperativas, criação de infraestrutura, entrepostos, plantas industriais, no sentido da centralização de capitais atuantes no meio rural.

Em linhas gerais, diante dos desafios do modelo do agronegócio, percebe-se que a territorialização de ambas cooperativas buscou o padrão de ampliar os volumes captados e comercializados. No entanto, esta se deu sob duas matrizes diferentes: a) associativa capitalista e b) mercantil capitalista.

Na primeira, temos a organização brasileira, que adota como estratégia na década de 1990 o avanço gradativo na industrialização, articulada com a seletividade na composição dos cooperados, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 e 100 ha, onde a ampliação e/ou concentração de terras é uma das exigências para a produção rentável dos cultivos agrícolas comoditizados e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção. Ou seja, configurou-se uma opção pela classe média rural e pela burguesia agrária. Esta estratégia teve a consequente enxurrada de exclusão de pequenos cooperados da cooperativa entre 1988 e 1997, que jogados na marginalidade, no êxodo rural e no desemprego, foram politicamente abandonados pelo cooperativismo empresarial. Percebe-se que a cooperativa mantinha enquanto estratégia a territorialização associada a incorporação/aquisição de outras cooperativas. Sob esta ótica, pode ser considerado uma matriz associativa capitalista, porque, embora o "motor" da expansão fosse o modelo do agronegócio, a cooperativa conservou a característica implícita dos associados.

Por outro lado, no caso da UAA, os entrepostos foram inicialmente considerados como "bocas de coleta" de grãos e venda de agroquímicos. Posteriormente a territorialização passa a ser considerada de matriz mercantil capitalista, pois embora a cooperativa tenha propagado um discurso institucional que era possível associar produtores da zona extra-santafesina, o número de incorporados foi mínimo, privilegiando operações com "não cooperados" de grande propriedade

agrícola. Salienta-se que as decisões sobre as ações que a cooperativa terá em seu "novo território" passam pelos cooperados da zona de origem e especialmente a tecnocracia cooperativa.

Este contexto resulta um dado significativo para comparação e compreensão histórica. Durante a década de 1970, ambas as cooperativas, no marco da primazia do agronegócio, somaram entrepostos e associados. Enquanto que na década de 1990, evidencia-se a mudança no respectivo modelo, com a expulsão de pequenos produtores na área rural e declínio do número de associados às cooperativas. Em paralelo houve um constante e impressionante aumento no número de empregados assalariados¹⁰, configurando a forma capitalista coletiva de acumulação.

Por fim, as características assumidas por cada cooperativa podem ser analisadas dentro da literatura argentina enquanto de tipologia morfológica em mutação organizacional (LATTUADA; RENOLD, 2004). Assim a UAA e COAMO, com o avanço de uma estrutura técnica e gerencial, adotaram dimensões maiores em suas operações econômicas, estenderam o território em que operavam e estabeleceram critérios restritivos para a entrada de novos associados. Como vimos, no caso da UAA, optou-se por operações com não cooperados. Entretanto embora a UAA e COAMO possam ser consideradas como exemplos de cooperativas que atuam com profissionalização capitalista na sua gestão, sendo este o segredo para o sucesso, não se pode furtar de observar os efeitos nefastos para milhares de agricultores (associados) menos capitalizados e nem tampouco o quanto o Estado e seus aparatos foram responsáveis para o avanço e consolidação da influência/poder político e econômico em sua estratégia de territorialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da consolidação do agronegócio na Argentina e Brasil, este trabalho centrou sua atenção na análise sobre as experiências de territorialização em duas cooperativas agrárias dos respectivos países. O diálogo entre os casos nos permitiu estabelecer uma comparação que revela certas semelhanças relacionadas à mundialização do modelo agrário capitalista, bem como as particularidades de cada trajetória e sua relação com os territórios.

Amparados no percurso histórico, podemos concluir que as estratégias de territorialização da UAA e da COAMO foram erigidas tendo em vista a produção de mercadorias numa perspectiva

¹⁰ Importa ressaltar que os cooperados da COAMO também tem assalariados em suas fazendas, configurando ainda mais claramente esse fenômeno de criação de um capitalista coletivo.

capitalista, impondo mudanças à existência não só dos produtores, mas também às formas organizacionais cooperativas, adotando padrões de acumulação e métricas de avaliação capitalistas como referência, na perspectiva de auferir maiores lucros, às custas de exploração do trabalho assalariado, da exclusão social de associados, e de geração de incertezas ambientais.

Importante reforçar que a ampliação dos territórios em que as cooperativas atuavam, tinha como pilar comum a captação de maiores volumes de commodities. Ambas cooperativas, uma em uma região marginal (UAA) e outra em terras de alta produtividade (COAMO), avançaram com a estratégia de ampliar a malha de entrepostos de coleta para se manterem e consolidarem frente ao modelo do agronegócio. Em ambos os casos, se estabeleceram alianças (para dita expansão) com o Estado, capitais internacionais e/ou cooperativas de segundo grau. Este é um fato importante, uma vez que a integração tem sido um dos pilares que alguns autores e setores consideram favorecer a competição de cooperativas em relação ao capital privado.

Ainda que essas empresas tenham grande capacidade dinamizadora de territórios rurais, sua atuação tem sido marcada por efeitos desagregadores do campesinato remanescente, aliado a métodos internos restritivos e muitas vezes despóticos de condução dos processos participativos internos e dos seus métodos capitalistas de gestão. Tais elementos corroboram a visão de que muitas cooperativas rurais ao aderirem ao pacto de poder do agronegócio, promoveram processos de desterritorialização camponesa - e indígena - resultando num campo mais desigual e mais conflagrado, mais distante portanto do que se poderia chamar de um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Jader Libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM/DGE, Maringá, 2002.
- AZERÊDO, Raoni Fernandes. **Agronegócio cooperativo da COAMO: territorialização, poder e controle**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Universidade Estadual Júlio de Mesquita, 2016.
- BAGENETA, José Martín; ARCE, Alejandra de; MATEO, Graciela (compiladores). **Entre la economía social y el mercado**. Reflexiones para un debate abierto en el agro latinoamericano. Buenos Aires: Editorial Intercoop, 2016.
- BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA. Curitiba: EMATER/OCEPAR, 1979-1997.
- BARSKY, Osvald; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino**. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Mondadori, 2001.
- BASAÑES, Carlos. Sistemas de capitalización en las cooperativas agropecuarias: un análisis de casos. **Documentos del centro de estudios de sociología del trabajo**, n. 74, 2011.

- BLANCO, Mónica. Argentina: la incorporación de la agricultura conservacionista en la región pampeana. **Debate agrario**, N° 38, pp. 141-157. 2005
- BRUNIARD, Enrique. La diagonal árida argentina: un límite climático real. **Revista geográfica**, n. 95, p. 5-20. 1982.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O processo produtivo capitalista na agricultura e a introdução dos organismos geneticamente modificados: o caso da cultura da soja RoundupReady (RR) no Brasil**. Brasília, Tese de Doutorado, UNB, 2009.
- COAMO. **Agroindustrial cooperativa**. 2016. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br>> Acesso em: Jul. 2017.
- COQUE, Jorge Martínez. Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. **CIRIEC**, n. 43, p. 145-172. 2002.
- DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, UNICAMP, 1985.
- _____. **do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FARIAS, Fernando Rodrigo. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. Florianópolis, Tese de Doutorado, UFSC, 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIRBAL-BLACHA, Noemí. Cooperativismo agrario y crédito oficial (1946-1955). Una aproximación a las continuidades y cambios de la Argentina peronista. **Anuario I Centro de Estudios Históricos de Córdoba Profesor Carlos S A Segreti**, p. 247-276. 2001.
- GONZÁLEZ BOLLO, Hernán (2007), “La Dirección de Economía Rural y Estadística del Ministerio de Agricultura, promotora de la cooperación rural en la Argentina, 1907-1931” en **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**, Facultad de Filosofía y Letras, UNT, Tucumán, 19-22 de septiembre, mesa 11, versión en CD-ROM.
- Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (INDEC), Censo Nacional Agropecuario (CNA), Buenos Aires, 1960, 1969 y 2002.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais Mesorregião Centro-Ocidental Geográfica Paranaense**. Curitiba. 2004
- JEPSON, Wendy. Producing a Modern Agricultural Frontier: firms and cooperatives in Eastern Mato Grosso, Brazil. **Economic Geography**, v. 82, n. 3, Jul. 2006, p. 289-316.
- LATTUADA, Mario; RENOLD, Juan Mauricio. **El cooperativismo agrario ante la globalización**. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2004.
- LATTUADA, Mario. **Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina. Transformaciones institucionales a los fines del siglo XX**. Buenos Aires: Editorial Universidad Nacional de Quilmes, 2006.
- LATTUADA, Mario. **Las formaciones económicas asociativas precooperativas de la agricultura familiar**. En: BAGENETA, José Martín; De ARCE, Alejandra; MATEO, Graciela (compiladores). Entre la economía social y el mercado. Reflexiones para un debate abierto en el agro latinoamericano. Buenos Aires: Editorial Intercoop. 2016
- LOMBARDO, Patricia et al. “Crisis cooperativa y reconversión institucional”, **Revista de la Facultad de Agronomía UBA**, v. 29, n.2, p. 69-79. 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: ALESSANDRI A. F. C. (Org.). **Novos rumos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

- _____. barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul.-dez., 2003.
- MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política**. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Série “Os Economistas”).
- MENDONÇA, Sonia Regina. **O Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. Piracicaba, 2000. Dissertação (mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- OBSCHATKO, Edith Scheinkerman; BASAÑES, Carlos; MARTINI, Guillermo de. **Las cooperativas agropecuarias en la República Argentina: diagnóstico y propuestas**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación/IICA Argentina, 2011.
- PADILHA, Wilian. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SETTI, Eloy. **COAMO 40 anos**. Campo Mourão: [s.n.], 2010. (Edição por encomenda).
- SCHIAVONI, Gabriela. “Mercado-encuentro y Mercado-mecanismo. Procesos de valorización en la comercialización de alimentos de la agricultura familiar” En **VII Jornadas interdisciplinarias de estudios agrarios y agroindustriales**. Buenos Aires, Argentina, 29-31 de octubre y 1 de noviembre 2013.
- SILI, Marcelo; SANGUINETTI, Juan; MEILLER, Andrés. **El cooperativismo agrario y su contribución al desarrollo rural: la experiencia de la Unión Agrícola de Avellaneda, Provincia de Santa Fe**. Buenos Aires: editorial CICCUS, 2013.
- SOUZA, José Gilberto de. **Acumulação por espoliação e monopolização do território (A questão indígena e a economia política do agronegócio)**. Rio Claro, SP: UNESP, 2013.
- TEUBAL, Miguel. Soja Transgênica y la Crisis del Modelo Agroalimentario Argentino. **Realidad económica**, Buenos Aires, ano 196. 2003
- TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- UAA, Unión Agrícola Avellaneda Cooperativa Limitada. Área de Atuação. Disponível em: <<http://www.uaa.com.ar/institucional.php?id=4>> Acesso em: 5 jul. 2017.
- _____. balanços e memórias institucional de 1992 a 1997.
- _____. balanços e memórias institucionais de 2000 a 2010.
- _____. balanços e memórias institucionais de 2011 a 2016.
- ZYLBERSZTAJN, D.; LAZZARINI, S.G.; BIALOSKORSKI, S. Cooperativa COAMO: Gerenciando os Conflitos do Crescimento. Estudo de caso apresentado no **VI Seminário Internacional PENSA de Agrobusiness**, Canela, 1996.

Submetido em: novembro de 2017

Aceito em: fevereiro de 2018